


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011633-66.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
 Requerente: **RAFAEL PORTO DE RIZZO**
 Requerido: **Unopar - Universidade Norte do Parana**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que se matriculou em curso oferecido pela ré, realizado à distância, mas que posteriormente desistiu do prosseguimento, solicitou então o cancelamento do contrato celebrado, o que se aperfeiçoou através de requerimento *on line* e presencial.

Salientou que depois passou a receber cobranças sob a alegação de que o cancelamento do curso não havia se aperfeiçoado.

Já a ré em contestação refutou que tivesse obrado de forma negligente, além de deixar claro que o autor não cumpriu suas obrigações porque deixou de quitar mensalidades a que se obrigara, bem como ele não procedeu ao cancelamento do curso pelo sistema do polo.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Diante disso a cobrança do débito foi regular.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade dos débitos em apreço.

Limitou-se a asseverar que o autor não quitou o valor de mensalidades, e que não cancelou o curso da forma adequada.

O autor como visto expressamente refutou ter responsabilidade pelo débito cobrado, ressaltando que efetuou o cancelamento da matrícula, em face disso seria de rigor que elementos mínimos fossem amealhados para denotar que a celebração desse negócio sucedeu validamente.

Tocava à ré a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que o autor fizesse prova de fato negativo), mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Nesse sentido, limitou-se a salientar a que o autor não promoveu ao cancelamento do curso com as formalidades que lhe seriam exigidas em razão do contrato, mas não trouxe aos autos qualquer elemento que levasse a essa conclusão.

Com efeito, a ré nada trouxe aos autos de concreto para contrapor o documento de cancelamento do curso juntado pelo autor a fl. 03.

Resta clara a partir do quadro delineado a negligência da ré na espécie.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A declaração da inexistência da dívida em pauta e a rescisão do contrato é, portanto, de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar rescisão do contrato e a inexistência da dívida tratada nos autos.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se

São Carlos, 19 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**